

Lição 11

“Mas alguém porventura duvidará acerca do que agora foi dito: se é verdadeiro, então também os artífices deverão ter virtude, pois muitas vezes falham em suas obras por causa da intemperança.

Ou difere destes em muitíssimo. Pois o servo, na verdade, é partícipe da vida, mas este mais remotamente, e infunde tanto de virtude quanto de servidão; pois o artífice mecânico tem certa servidão determinada, e o servo, na verdade, é daquelas coisas que são por natureza. Mas nenhum curtidor o é, nem nenhum dos outros artífices.

É manifesto, portanto, que de tal virtude é preciso que o senhor seja causa para o servo, mas não tendo uma ciência despótica que ensine as obras; por isso não falam bem os que privam os servos da razão e dizem que se deve usar somente a ordem. Pois devem-se admoestar os servos mais do que os meninos. Mas acerca destas coisas fique determinado deste modo.

E acerca da mulher e do varão e dos filhos e do pai, aquilo que concerne à virtude de cada um deles, e aquilo que concerne ao seu convívio entre si — o que é bem e não bem, e como se deve buscar o que é bem e fugir do que é mal — é necessário que isto sobrevenha nas coisas que concernem aos regimes.

Pois, visto que toda casa é parte da cidade, e estas coisas são parte da casa, e é preciso considerar a virtude da parte em relação à virtude do todo, é necessário, tendo em vista o regime, educar tanto os meninos quanto as mulheres. Se de fato importa em algo, para que a cidade seja virtuosa, que os meninos sejam virtuosos e as mulheres virtuosas; e é necessário que importe: pois as mulheres são a metade dos livres, e dos meninos se tornam os administradores do regime.

Pelo que, visto que acerca destas coisas está determinado, das restantes deve-se falar em outros lugares. Deixando, como que tendo por fim, os discursos que agora se fizeram, fazendo outro princípio falemos, e primeiro consideremos o que se pronunciou acerca do melhor regime.

Mas alguém porventura duvidará etc. Resolvida a dúvida precedente, levanta aqui uma outra dúvida que surge da solução anterior. E acerca disto faz três coisas:

primeiro, levanta a dúvida;

segundo, resolve-a, em **ou difere destes** etc.;

terceiro, deduz certo corolário da solução posta, em **é manifesto, portanto** etc.

Há, pois, uma dúvida acerca do que acima se disse. Pois, se é verdadeiro que é preciso que o servo tenha certa virtude para que por intemperança ou temor não falte nas obras, por igual razão parecerá que os artífices, para serem bons artífices, precisem ter alguma virtude; visto que muitas vezes acontece que, por causa da intemperança ou de outros vícios, façam algum defeito nas suas obras, como, por exemplo, distraíndo-se negligentemente enquanto se ocupam de outras coisas.

Depois, quando diz **ou difere destes em muitíssimo** etc., resolve a dúvida proposta. E diz que há muita diferença entre o servo e o artífice; e isto prova por duas razões.

A primeira delas é que o servo é em algo partícipe da vida, isto é, do convívio humano, enquanto é servo; pois se disse acima que o servo é instrumento naquilo que pertence à ação, isto é, ao convívio dos homens: e por isso, como as virtudes morais aperfeiçoam o homem no convívio humano, é preciso que o servo, para ser bom, participe de algo da virtude moral. Mas o artífice se comporta mais remotamente em relação ao convívio humano; pois a operação do artífice, enquanto tal, não versa sobre as coisas agíveis do convívio humano, mas sobre certos artefatos, que se dizem factíveis: donde alguém se diz bom artífice, como, por exemplo, bom ferreiro, por isto, que saiba e possa fazer boas facas, ainda que use mal ou negligentemente a sua arte. Contudo, infunde tanto de virtude na sua operação quanto exhibe de servidão para o convívio humano: assim como vemos que alguns artífices como os mecânicos, isto é, os mercenários, como, por exemplo, os cozinheiros, têm certa servidão determinada enquanto são designados para certos ministérios especiais e servem. E segundo isto precisam de virtude moral para serem bons no ministério.

Põe a segunda razão em **e o servo, na verdade** etc., porque o servo é daquelas coisas que são por natureza; pois se provou acima que alguns são naturalmente servos. Mas ninguém é curtidor ou artífice de arte alguma por natureza, mas todas as artes foram inventadas pela razão; ora, a virtude se refere àquelas coisas que nos são por natureza, pois temos certa inclinação natural para a virtude, como se disse no livro II da Ética: donde fica claro que, para alguém ser bom servo, precisa da virtude moral, mas não para ser bom artífice.

Depois, quando diz **é manifesto, portanto** etc., infere certo corolário do que foi dito. Pois se disse por que o servo precisa de virtude; ora, é preciso que o homem que tem inclinação para a virtude alcance a virtude pelo cuidado de algum governante; assim como os cidadãos devem tornar-se virtuosos pelo legislador, como se diz no livro II da Ética: donde é manifesto que desta virtude que o servo deve ter para ser bom, o seu senhor deve ser causa para ele, instruindo-o de como deve agir, e punindo-o se faz mal, e recompensando-o se faz bem. Mas não se deve dizer que pertença ao senhor ter uma ciência despótica, isto é, senhoril, que ensine as obras servis ao próprio servo, como, por exemplo, que o ensine a cozinhar ou a fazer coisas semelhantes; mas deve ensiná-lo de que modo seja temperante e humilde e paciente e outras coisas semelhantes. Onde não falam bem os que dizem que não se deve usar a razão com os servos, mas só a ordem; pois devemos admoestar mais os servos para a virtude do que os filhos meninos, porque estes ainda não são tão capazes de admoestação. E acerca destas coisas fique assim determinado.

Depois, quando diz **e acerca da mulher e do varão** etc., escusa-se de uma determinação mais diligente acerca das duas conjugações. E acerca disto faz três coisas:

primeiro, apresenta a escusa;

segundo, atribui a razão do que foi dito, em **pois, visto que toda casa** etc.;

terceiro, liga o que já foi dito ao que se deve dizer, em **pelo que, visto que acerca destas coisas** etc.

Diz, pois, primeiro que naquilo que se deve dizer acerca dos regimes, isto é, das cidades, é necessário tratar da virtude da mulher e do varão, e do pai e dos filhos; e da omília, isto é, da conversação ou convívio deles entre si, o que nisto se faz bem e o que não bem, e de que modo aquilo que é bom se deva procurar, e aquilo que é mau se deva evitar. E assim, por ora, antes de falarmos dos regimes, não se pode aqui determinar isto.

Depois, quando diz **pois, visto que toda casa** etc., atribui duas razões por que o supracitado deva ser determinado a respeito dos regimes.

A primeira delas é que se deve considerar a disposição da parte em comparação com o todo, assim como a disposição do fundamento em comparação com a casa; mas a casa é parte da cidade, à qual primeiramente pertencem estas duas conjugações do pai e do filho, do varão e da esposa: donde, segundo a comparação com o regime, é preciso considerar como se devem educar os meninos e as esposas.

Põe a segunda razão em **se de fato importa em algo** etc. Pois aquelas coisas cuja disposição faz diferença acerca da bondade da cidade devem ser consideradas nos regimes; ora, deste gênero são as instruções dos meninos e das mulheres, de que modo ambos sejam bons, porque as mulheres são a metade dos homens livres que estão na cidade, e dos meninos crescem os varões que devem ser os administradores da cidade: logo, nos regimes deve-se determinar acerca da instrução dos filhos e das esposas.

Depois, quando diz **pelo que, visto que** etc., liga o que foi dito ao que se deve dizer. E diz que, porque está determinado acerca do supracitado, e das restantes coisas se deve falar em outros lugares, isto é, nos seguintes, que pertencem aos regimes, devemos por ora deixar estes discursos pertencentes à administração da casa, como que já tendo consumação; e faremos outro princípio, considerando o que foi dito por outros acerca do melhor regime. E assim se termina o primeiro livro.